

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1780697 - CE (2018/0300123-6)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : COMERCIAL DE COMBUSTIVEL BRAGA LTDA
AGRAVANTE : NEW PETRÓLEO LTDA
AGRAVANTE : COMERCIAL STANISLAW LTDA
AGRAVANTE : WD COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS E
DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - ME
AGRAVANTE : TORRES E CIA
AGRAVANTE : A M DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
AGRAVANTE : MONTESE COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA
AGRAVANTE : BANGUELE COMERCIAL DE COMBUSTIVEL LTDA
AGRAVANTE : M E BARBOSA NETA PETROLEO
AGRAVANTE : J A PONTES - ME
AGRAVANTE : P13 COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO
LTDA
AGRAVANTE : V S COMERCIAL DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO : FERNANDO AUGUSTO CORREIA CARDOSO
FILHO E OUTRO(S) - CE014503
AGRAVADO : ESTADO DO CEARÁ
PROCURADOR : MATTEUS VIANA NETO E OUTRO(S)
INTERES. : RM COMERCIAL DE PETROLEO LTDA
INTERES. : ATLAS COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA
INTERES. : MD COMERCIAL DE DERIVADOS DE PETROLEO
LTDA
INTERES. : MOREIRA E SANTOS COMERCIO DE
COMBUSTIVEIS LTDA
INTERES. : JOSE ANACELIO PONTES - ME
INTERES. : J Z COMERCIAL DE PETROLEO LTDA
INTERES. : POSTO PONTE NOVA LTDA
INTERES. : IRMAOS BRAGA LTDA
INTERES. : POSTO LESTE OESTE LTDA
INTERES. : J I M COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO
LTDA
INTERES. : POSTO SABRINA LTDA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO IMPUGNADOS. SÚMULA 182/STJ.

1. A ausência de impugnação específica aos fundamentos adotados na decisão ora agravada impõe o não conhecimento do recurso. Incidência da Súmula 182/STJ.

2. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas,

Superior Tribunal de Justiça

acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Benedito Gonçalves
Relator